

Antonio Gramsci em 1917¹

Leonardo Rapone

Universidade da Tuscia (Itália)

¹ Tradução de Camila Góes.

Antonio Gramsci em 1917

Resumo: Este artigo busca recuperar nos artigos de Gramsci de 1917 e 1918 a sua reflexão ao longo do curso dos acontecimentos que tomam lugar com a Revolução Russa. Gramsci parte de uma concepção cultural da revolução, deixando expressar a partir dos acontecimentos russos, suas idealizações a respeito da revolução socialista. A partir da dissolução da Constituinte em janeiro de 1918, entretanto, há uma brusca mudança em sua análise, que passa a enfatizar o tema do Estado de conselhos. Busca-se mostrar que, apesar das diferenças, há uma linha de continuidade no raciocínio gramsciano, que mantém a preocupação voltada à perpetuidade da ditadura e à necessidade de criar formas estatais autônomas.

Palavras-chave: 1. Antonio Gramsci; 2. Revolução Russa; 3. Socialismo.

Antonio Gramsci in 1917

Abstract: This article seeks to recover in Gramsci's articles from 1917 and 1918 his reflection throughout the course of events that took place in the Russian Revolution. Gramsci started from a cultural conception of the revolution, expressing by means of the Russian events his idealizations about the socialist revolution. Since the dissolution of the Constituent Assembly in January 1918, however, there was a sudden change in his analysis, which began to emphasize the theme of the State of councils. We tried to show that, despite the differences, there is a line of continuity in the Gramscian reasoning, which kept concerned by the perpetuation of dictatorship and the need to create autonomous state forms.

Keywords: 1. Antonio Gramsci, 2. Russian Revolution, 3. Socialism

O ano 1917 começa para Antonio Gramsci em um artigo do *Avanti!* Neste, Gramsci reage à ideia da ausência de formas visíveis de confronto com a guerra e de que o aparente predomínio do fato bélico sobre quaisquer outros movimentos sociais correspondia a um período de estagnação do devir histórico, à saída de cena, ainda que temporariamente, de um sujeito antagônico portador de uma alternativa. O artigo se intitulava *La maschera e il volto* [A máscara e o rosto] (CT, p. 699-700): Gramsci convidava a olhar abaixo da superfície, ou seja, imaginar o rosto que estava escondido por trás da máscara pálida e inexpressiva daqueles dias. A estagnação da iniciativa socialista era, na verdade, apenas a máscara. A falta de acontecimentos externos, na verdade, correspondia a um período de maturação das consciências. Cedo ou tarde, a máscara iria cair e os frutos desse período de recolhimento e crescimento interior emergiriam em toda a sua força realizadora.

Para exprimir esse conceito, Gramsci recorria a uma comparação histórica, recordando como, caída a máscara regressiva da Idade Média, o fervor civil da Era das comunas, de repente, se mostrara: esta vida exuberante era derivada de uma maturação subterrânea, realizada no período anterior, que aparentemente era tão escuro e bárbaro (*ibid.*, p. 700). Reportado ao presente, esta comparação sugeria muito mais uma lenta sucessão de épocas históricas do que uma aceleração futura do curso dos acontecimentos. Ao buscar desacreditar a crença de que o devir da história estava atravancado, Gramsci sentia naquele momento que só poderia apelar a um esforço subjetivo, à obstinação da inteligência, porque a realidade exterior era apenas fonte de irritação e abatimento.

É com esse espírito que Gramsci observa o mundo que o circunda no início de 1917. Mas algumas semanas passadas, após a Revolução de Fevereiro, a interpretação de Gramsci foi, naturalmente, condicionada. As avaliações de Gramsci sobre a Rússia serão discutidas em seguida, cronologicamente e tentando reconstruir o fio de seu pensamento sobre esse processo

revolucionário. Por primeiro, interessa sublinhar rapidamente um aspecto de seu raciocínio que coloca em conexão a Rússia e a Itália, e implicitamente a Rússia e qualquer outro país no qual se enraizava um movimento socialista: de imediato Gramsci afirma a tese de que a revolução eclodida na Rússia é um recurso fundamental que aumenta o potencial do movimento na Itália. Também o proletariado italiano é, então, uma “força”. A sua força é o reflexo daquela do proletariado russo, é o reflexo do peso que a Rússia pode lançar no equilíbrio de forças internacionais (CF, p. 131-133.).

A Revolução Russa era vista, então, como um processo naturalmente e imediatamente internacional. Mas, para que esta potencialidade internacional pudesse se realizar, era necessário que fora da Rússia, e na Itália, que interessava a Gramsci, a dinâmica do movimento se reativasse sob o impulso de fatores internos: não bastava a pressão exterior, a irradiação internacional da revolução não podia consistir em um processo artificialmente imitativo. Nesse contexto, a situação italiana não ofereceu, por algum tempo, pontos de apoio; aqueles que queriam resistir continuaram a encontrar apenas dentro de si mesmos as razões da sua inalterada vontade de lutar. Ainda em meados de 1917, Gramsci, em um de seus artigos no *Avanti!*, *L'uomo più libero* [O homem mais livre], se permitiu uma nota pessoal: “o meu ser mais profundo se alimenta pela mesma paixão, momentaneamente circunscrita a muito poucos indivíduos” (*ibid.*, p. 173-174).

Ênfases completamente diversas ecoaram nos artigos de Gramsci a partir do mês de agosto. A mudança em suas percepções da realidade italiana é repentina e radical, reflete claramente o acúmulo das tensões sociais em Turim, arrebatadas nos levantes populares dos últimos dez dias do mês. Isto muda o quadro, faz a realidade aderir novamente à concepção socialista do desenvolvimento histórico, é a saída de uma condição de “passividade social” daquela parte da população que nos primeiros anos de guerra estava sob o jugo das diretivas dos detentores do poder. Poucos meses antes, Gramsci havia condensado sua rejeição moral da realidade que o cercava em uma exclamação conhecida: “Odeio os indiferentes!” (*ibid.*, p. 15). Nessa ocasião, notava que a própria ausência de inércia mental e indiferença marcava a retomada de uma atividade espiritual autônoma, como o primeiro indício de uma mudança revolucionária. O que estava falhando no regime era justamente

aquilo que define como “a confiança instintiva e de rebanho² dos indiferentes” (*ibid.*, p. 282).

A atenção de Gramsci estava voltada à mudança psicológica e dos comportamentos populares, como efeito do prolongamento das angústias da guerra. Assim, observava a guerra deste novo ângulo: não mais como fator de apatia, assentimento, passividade social; mas, ao contrário, como experiência que ativa e mobiliza as energias coletivas. Ativação e mobilização não lhe parecem apenas como meras reações mecânicas, instintivas, às pressões que vêm do exterior, às privações, restrições e lutas. Gramsci enfatiza, na verdade, os efeitos que os desenvolvimentos externos produzem no interior dos sujeitos, em sua vida espiritual. Os estímulos que o desconforto social suscita na massa são estímulos “não exteriores, mas interiores” (*ibid.*, p. 282): o léxico é significativo do modo pelo qual retrata o processo em curso.

A guerra atinge os homens não apenas em sua fisicalidade, mas age sobre o seu Eu. Os homens vão se transformando em suas consciências e as necessidades “desconhecidas”, das quais ganham consciência e que, então, buscam satisfazer, são a prova da superação do estágio animalesco de uma existência puramente física, na qual a única necessidade era aquela “de viver e de se nutrir” (*ibid.*, p. 452-455.). Esta era, definitivamente, o efeito historicamente progressivo da mobilização bélica. Gramsci resumirá os êxitos daquele processo revolucionário em uma imagem eficaz, aquela do “engrandecimento” da sociedade: uma enorme quantidade de indivíduos novos, ontem ausentes da política, solitários, insensíveis aos estímulos cansados da sociabilidade, se é inserida na história (*ibid.*, p. 444-445). A guerra engrandeceu a sociedade.

É possível encontrar nestas reflexões sobre a ampliação da sociedade, sobre o aparecimento de um novo protagonismo social como efeito da guerra, a origem de uma linha de pensamento que nos *Cadernos de Cárcere* reaparece no conceito de “fenômeno sindical”, tendo esta expressão um significado que vai além do mero dado associativo, relacionada com a importância da guerra no processo de constituição de uma nova força social (QC. 15, § 59, p. 1822-1824).

² No original “fidúcia instintiva e pecorile”, que se refere às características de uma ovelha (N. da T.).

Gramsci formula esta interpretação da guerra, por assim dizer, em tempo real, no próprio curso dos eventos.

“O estado de guerra – escreve por exemplo – colocou em movimento toda a estrutura social, mesmo aqueles estratos mais atrasados culturalmente e espiritualmente; os imensos sacrifícios demandados, as dores inenarráveis sofridas, conferiram capacidade política a todos os indivíduos da sociedade: todos querem participar da história, querem ser donos de seus destinos, ter a faculdade de decidir por si mesmos sua sorte no mundo” (NM, p. 304).

Dito isto, e deixando claro, portanto, como 1917 representa uma descontinuidade no curso da guerra e na própria história da sociedade italiana, se observa também a preocupação e inquietude presente no discurso de Gramsci neste momento. Por um lado, há, certamente, as potencialidades inovadoras e revolucionárias inerentes do destacamento de vastos setores da população da sujeição à ordem burguesa-capitalista, que abre vastos espaços à iniciativa do Partido Socialista Italiano (PSI). Por outro, entretanto, há também o risco de que estas energias, sem maturação adequada e direção política, se debatam na confusão e na inconclusividade, o risco de que a crise em curso na sociedade italiana encontre saída em uma reorganização do poder burguês. É este dualismo que leva Gramsci, no outono de 1917, a formular uma célebre previsão, à qual, à luz dos desenvolvimentos sucessivos, se tentou atribuir um valor profético: “os socialistas podem se tornar tudo, como podem perder tudo” (CF, p. 807-809). Mas atenção: perder tudo não é imaginado, aqui, nos termos que efetivamente a derrota socialista assumirá com a afirmação do fascismo, mas como a perda de uma ocasião histórica, na incapacidade de impor a própria solução à crise suscitada pela guerra.

Se cruzamos o horizonte de 1917 para lançar um olhar sobre as avaliações que Gramsci exprime sobre a situação italiana depois do fim daquele ano, nos damos conta, pelo que escreve comentando as manobras políticas que acompanham os meses finais da guerra, que de fato a chave para o problema estava nas mãos dos grupos dirigentes tradicionais: a sua atenção se volta para os convulsões internas à estrutura burguesa, ao realinhamento das forças e dos interesses que ocorrem em seu interior, à ascensão do que ele define como “energias capitalistas jovens” (NM, p. 369), e por último ao nascimento do

partido católico, definido como “o fato maior da história italiana depois do *Risorgimento*” e visto como momento crucial da reorganização do sistema de poder burguês em consequência da guerra (*ibid.*, p. 459).

Em tudo isto, até limiares de 1919, o movimento operário, na visão de Gramsci, ocupa uma parte lateral da cena. Será apenas nos primeiros meses de 1919 que sua avaliação sobre as perspectivas do desenvolvimento revolucionário na Itália e na Europa mudará radicalmente, e mesmo bastante rapidamente. Somente então a internacionalização da Revolução Russa lhe aparecerá de fato como uma perspectiva concreta, antes como uma necessidade, sobretudo na difusão internacional daquilo que Gramsci chegou a precisar como o fator original e distintivo do processo revolucionário dos bolcheviques, isto é, a invenção de um novo tipo de Estado baseado em Conselhos.

Chegamos, assim, à Rússia e ao modo no qual o Gramsci de 1917 acolhe e lê a revolução. É necessário precisar de imediato que o pensamento de Gramsci sobre a Rússia possui um movimento cumulativo, seu juízo deriva de estratificações sucessivas. E cada estrato diverso que se acrescenta em parte elide afirmações precedentes, em parte as integra e as aprofunda. É necessário, ao menos, adentrar-se um pouco em 1918 para esboçar suficientemente o quadro da primeira sistematização conceitual dos desenvolvimentos russos por parte de Gramsci. Isso não significa redimensionar os juízos expressos no calor de 1917, reduzindo-os a primeiras aproximações, mas entendê-los por aquilo que efetivamente são. A saber, não tanto como janelas abertas para realidade da Rússia, da qual Gramsci naquele momento tinha uma visão fragmentária e inorgânica, efetivamente aproximativa, mas como janelas abertas ao pensamento de Gramsci e a seu modo, naquele momento, de conceber a transformação socialista da sociedade. Quero dizer que seus primeiros juízos valem não tanto como interpretação dos fatos ocorridos na Rússia, mas como revelações do conteúdo, daquele estágio de maturação intelectual, de suas ideias de revoluções.

Em Gramsci, a afirmação que a revolução russa deveria fluir “naturalmente” a um regime socialista é precocíssima (CF, p. 138-141), precedente mesmo à chegada ao Ocidente das primeiras notícias sobre as *Teses de Abril* de Lenin. Tanto entusiasmo e empatia da parte de Gramsci estavam baseados na crença de que os acontecimentos russos estavam plenamente

inseridos nos esquemas intelectuais há muito presentes em sua mente e que representavam uma confirmação das necessidades que já marcavam a sua concepção de socialismo. Gramsci sobrepôs a sua ideia de revolução e socialismo ao que estava acontecendo na Rússia e, através de seus artigos, podemos enquadrar este seu mundo ideal e prescindir da correspondência desta construção ideal à realidade russa. Gramsci acaba, portanto, por preencher também as lacunas de informações com a sobreposição destas suas construções ideais.

O primeiro mérito que Gramsci reconhece aos revolucionários russos é a sua distância do jacobinismo. A revolução não tendia à instauração de um poder que tivesse necessidade de se sustentar com violência e despotismo; o movimento não era empurrado por uma fração, mas exprimia as necessidades da maioria da população e, ao ter condições de se pronunciar, esta maioria demonstraria a vontade de se fazer reconhecer na obra da revolução. O paralelo entre a Revolução Francesa e a Revolução Russa era rejeitado por Gramsci, justamente porque na Rússia não havia um poder que exprimisse, à maneira dos jacobinos, interesses particulares restritos, um poder que tivesse necessidade de recorrer à imposição de uma ditadura minoritária (*ibid.*, p. 138). O ponto de referência deste Gramsci antijacobino é claramente Georges Sorel: a descontinuidade entre a Revolução Francesa e a Revolução Socialista significava que a expectativa soreliana de uma revolução socialista alheia às forças e imposições coercitivas dos jacobinos começava a se realizar.

Mas a Revolução Russa, como Gramsci a retrata, corresponde à sua sensibilidade, pois promete ser uma revolução que não se limita à esfera de poder, mas leva também a uma convulsão moral do corpo social: aspecto essencial da ideia de revolução de Gramsci. O socialismo teria a finalidade de levar a sociedade não apenas a uma nova ordem econômica, mas também a uma nova ordem moral. “Na Rússia – escreve Gramsci – é um novo costume o que a revolução criou. Essa não substituiu apenas potência a potência, mas substituiu também costume a costume, criou uma nova atmosfera moral, instaurou a liberdade do espírito, bem como a liberdade corporal” (*ibid.*, p. 140). A nova moral revolucionária se identifica, para Gramsci, com o princípio de autonomia da ética kantiana: o homem novo que se cria é o homem sujeito apenas ao imperativo de sua consciência. A previsão da tomada socialista derivava,

portanto, não de uma análise das forças reais, sociais ou políticas, que se movem na cena ou nas condições histórico-sociais da Rússia, mas de um procedimento destrutivo de natureza intelectual.

Nesses primeiros momentos, Gramsci parece não se dar conta da pluralidade e heterogeneidade das forças que chegaram ao primeiro plano após o fim do czarismo, na luta por assegurar a direção da nova Rússia, ou mesmo não lhes dá importância. Interpreta a revolução *em si mesma* como revolução proletária, deduzindo esta característica não tanto de um reconhecimento dos sujeitos do processo histórico, quanto daquilo que acredita que a revolução estivesse realizando. Apenas algum tempo depois, quando as distinções e os confrontos entre as forças sociais e as correntes políticas não permitiram mais uma representação da revolução como fenômeno unitário, Gramsci declara a sua adesão às posições dos bolcheviques, na verdade aos “maximalistas russos”, como lhes define (*ibid.*, p. 265-267): adesão totalmente natural dado que os bolcheviques encarnavam aquela tensão à ordem socialista que Gramsci tinha visto desde o início da revolução. Os bolcheviques, na visão de Gramsci, eram aqueles que queriam andar sempre em frente e suscitavam sempre novas energias.

Tudo isso nos mostra um Gramsci que, inicialmente, procura e acredita encontrar no processo revolucionário russo a confirmação de suas próprias disposições espirituais muito mais do que busca tirar ensinamentos que integrassem sua visão política. É ainda assim no dia seguinte à conquista do poder por parte dos bolcheviques: a revolução “contra o Capital” enche de entusiasmo Gramsci, para o qual, a partir de então, o desenvolvimento histórico não poderia ser refreado por leis científicas limitantes da criatividade e da potência realizadora do homem (CF, p. 513-517). A Revolução de Outubro contava especialmente para a revelação dessa verdade; nesse sentido profundo, e não em eventos individuais que marcavam o curso – era essa a lição a ser aprendida. Por todo o ano de 1917, em suma, aquilo que ocorre na Rússia consolida a planta conceitual do socialismo gramsciano, de modo a abrir caminho para Gramsci exprimir de forma mais compacta e coerente pensamentos pré-existentes, fortificando as suas convicções. Mas ainda não há nenhuma significativa inflexão em sua elaboração teórica e política por efeito da Revolução Russa, nenhuma iluminação lhe vem pelo bolchevismo.

O primeiro ato que perturba o quadro, que não está de acordo com os esquemas intelectuais precedentes, e que obriga Gramsci a colocar em prova suas categorias interpretativas – mas já estamos em Janeiro de 1918 – é a dissolução de parte dos bolcheviques da Assembleia Constituinte: um episódio que coloca em discussão a imagem de um socialismo imune a tentações jacobinas, isto é, ao emprego da força como instrumento de domínio por uma minoria que, de outra forma, não poderia induzir a maioria a aceitar sua supremacia. Para apreender como a notícia da dissolução da Constituinte representou para Gramsci um rumo inesperado, e se poderia dizer incrível, basta lembrar que apenas alguns dias antes de ser liberado de sua pena havia saído uma apreciação e valorização dos resultados da eleição: Gramsci tinha salientado como “os camponeses” russos com seus votos tinham mandado à Constituinte uma grande maioria de deputados socialistas (*ibid.*, p. 536-538). Naquela ocasião, não fez distinções entre os diversos componentes desta representação socialista e não colocou como um problema a posição minoritária dos bolcheviques em seu interior.

A dissolução da Constituinte devia ter, para Gramsci, o efeito de um choque. Como afronta, então, essa dificuldade? Com dois movimentos. Em primeiro lugar, desmascarando o incidente, afirmando que pouco contava o cancelamento de um órgão que encarnava um velho conceito de representação, típico do parlamentarismo ocidental, em frente de um novo sistema representativo de soberania que se organizava nos *soviets*. Pela primeira vez, em face à dissolução da Constituinte, a atenção de Gramsci se fixa sobre a nova organização do poder que vai tomando forma na Rússia, isto é, os *soviets*. Deste momento em diante a Revolução Russa não será mais, aos seus olhos, criadora apenas de uma nova vida moral, mas também, e isto lhe aparecerá cada vez mais, de uma nova forma de Estado. É o ponto de partida de um caminho que, através da tematização do Estado dos conselhos, desenhará o novo perfil da concepção gramsciana de socialismo.

O outro movimento de Gramsci, em reação à dissolução da Constituinte, é a projeção de uma dimensão temporal longa do processo de constituição de uma maioria social no apoio à revolução. Na Rússia, “a força revolucionária é minoria no momento presente, mas é – escreve Gramsci – uma minoria que seguramente se tornará maioria absoluta, se não da totalidade dos cidadãos”.

Essa exerce a ditadura provisoriamente, pelo tempo necessário à maioria se constituir e se manifestar. O seu programa não é a ditadura “perpétua” (*ibid.*, p. 602-603).

O autoritarismo e exercício da força representavam para Gramsci, portanto, características só *temporárias* do novo Estado em construção, que se dissolveriam em um novo sistema de liberdade e de democracia. Mas também no período em que o exercício da força se faz necessário, Gramsci estava convicto de que o recurso à ditadura não precisaria assumir a aparência de terrorismo jacobino. Os “massacres inúteis e sádicos” não seriam afazeres do proletariado. Uma força que sabe o potencial de ser maioria não precisa “transcender”. Transcendem apenas aqueles que não estão certos do seu futuro (NM, p. 131). À ditadura, em suma, Gramsci atribui uma função dupla. Por um lado, aquela repressiva, de manter sob controle as forças contrarrevolucionárias, permitindo que a nova classe dominante possa completar a transformação revolucionária. Por outro, também uma função libertadora, porque sob a proteção da ditadura se consolida a nova organização dos poderes – o Estado dos conselhos – “nos quais a ditadura se dissolverá, depois de completar sua missão” (*ibid.*, p. 210).

De uma revolução imaginada, concebida como concretização de categorias culturais, Gramsci se aproxima, assim, à revolução como governo das coisas e dos homens. Com o tema da ditadura, entra no horizonte de Gramsci a questão da tarefa histórica das minorias, que através do exercício do poder estatal, se fazem *intérpretes* da vontade da multidão e a orientam no sentido de uma adequada consciência de suas posições e interesses. É a partir deste momento que Gramsci começa a se colocar o problema da construção de um consenso social ao projeto revolucionário e da relação entre os diversos grupos sociais mobilizados e mobilizáveis ao apoio deste projeto. Deste modo, parte daqui um dos principais temas se sua posterior elaboração de teoria política.

Limito-me, para concluir, a uma referência fugaz a um dos pontos desta reflexão: a nota sobre a “estatolatria” do *Caderno 8*, redigida na prisão nos primeiros meses de 1932. Nesta nota, Gramsci se mostra ainda convencido que “um período de estatolatria” seja necessário para criar um ambiente que ajude o crescimento da sociedade civil e a ascensão de novos grupos sociais, que não conheceram um período suficiente de desenvolvimento cultural e moral antes

da constituição de um Estado que se apresente como sua expressão autônoma. Ele adverte, no entanto, que esta estatolatria não deve tornar-se “fanatismo teórico” ou “ser concebida como perpétua”. Retorna, expresso no mesmo vocábulo, o conceito de não “perpetuidade” da ditadura, que figurava já no primeiro comentário sobre a dissolução da Constituinte russa. E retorna à necessidade de que novas formas de vida estatal “espontânea” levem à deterioração de uma organização institucional com base na iniciativa do alto (QC. 8, § 130). Os catorze anos entre as duas declarações permitem captar uma linha de continuidade no pensamento de Gramsci, mas, por outro lado, conferem implicitamente à nota de 1932 também o sentido de uma meditação crítica sobre o que a Revolução Russa não conseguiu realizar nesses catorze anos e, portanto, sobre o caráter daquela estatolatria, colocando a necessidade de pensar formas de iniciativa estatal que não repercutam aquela experiência.

Referências bibliográficas

- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Giulio Einaudi, 1975. 4v. [QC]
_____. *Cronache Torinesi (1913-1917)*. Torino: Einaudi, 1980. [CT]
_____. *La città futura: 1917-1918*. Torino: Giulio Einaudi, 1982. [CF]
_____. *Il nostro Marx*. Torino: Giulio Einaudi, 1984. [NM]